

O CRESCIMENTO RECENTE DA ECONOMIA CEARENSE

*Assuéro Ferreira**Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
e Professor Titular do Departamento de Teoria Econômica da UFC*

Resumo: Neste artigo, o autor analisa o desempenho da economia cearense na década de 80. O principal objetivo é destacar os aspectos estruturais da dinâmica macroeconômica vigente nesse período. Em primeiro lugar, destaca que a economia local cresceu a taxas superiores às da economia nacional, isto se devendo, particularmente, ao setor terciário, enquanto o setor primário apresentou uma tendência estacionária bastante nítida. Ademais, constata a existência de uma significativa correlação positiva entre o crescimento da economia nacional e a economia local, por conta, principalmente, da predominância no crescimento recente do setor terciário. Por fim, analisa alguns indicadores de bem-estar social concluindo que, muito embora tenham ocorrido algumas melhorias neste sentido, estas não foram suficientes para atenuar de forma significativa as péssimas condições de vida da população cearense.

Palavras-chave: *Economia Regional; Crescimento Econômico; Indicadores Sócio-econômicos; Agricultura; Serviços; Brasil - Região Nordeste - Ceará.*

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuramos traçar uma análise da economia cearense enfatizando o seu desempenho macroeconômico na década de 80. A pretensão mais evidente, neste sentido, é procurar ressaltar como se comportou em termos de crescimento econômico o estado do Ceará, no contexto da crise estagflacionária vivida pela economia brasileira naquela década. Assim, na próxima seção faremos uma primeira aproximação do problema que nos possibilite uma visão geral para, em seguida, a partir de uma análise do desempenho setorial do Produto Interno Bruto (PIB) cearense, o relacionarmos com o crescimento da economia nacional. Numa última seção, de modo bastante esquemático, evidenciaremos alguns aspectos de bem-estar social que nos indiquem até que ponto podemos considerar que o crescimento econômico recente foi capaz de atenuar a conhecida situação de miséria a que vive submetida a população cearense em geral.

2. A ECONOMIA CEARENSE NO CONTEXTO NACIONAL: PRELIMINARES

Uma comparação da economia cearense com a economia brasileira, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), indica que a sua participação vem expressando uma tendência crescente importante. Nestes termos, vale notar que a proporção do PIB do Ceará com relação ao PIB brasileiro era, em 1980, estimado em 1,8% enquanto em 1990 tal proporção atingiu 2,41%, como se pode ver na TABELA 1.

TABELA 1
Brasil e Ceará: Produto Interno Bruto (PIB)
1980-1990
Preços constantes (1980=100)(1)

(CR\$ 1.000,00)

Anos	Ceará (A)	Brasil(2) (B)	(A/B)%
1980	205	11.186	1,83
1981	194	10.638	1,82
1982	210	10.717	1,95
1983	196	10.327	1,89
1984	252	11.027	2,28
1985	256	11.894	2,15
1986	268	12.514	2,14
1987	286	13.112	2,18
1988	313	13.150	2,38
1989	351	13.706	2,56
1990	305(3)	12.614	2,41

FONTE: SUDENE/DPG/PSE. Grupo de contas regionais (Ceará); FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV), 1991(5) (Brasil).

(1) Deflacionado pelo deflator implícito do produto constante em FGV (1991, p.36) (5).

(2) Valores expressos inicialmente em termos nominais.

(3) Dados preliminares.

Esse é um traço importante da dinâmica recente da economia cearense, pois, como se sabe, a década de 80 no Brasil caracterizou-se por uma profunda crise estagflacionária. Contudo, mesmo sofrendo os efeitos negativos dessa crise nacional, a economia cearense, tendencialmente, cresceu a taxas maiores que a economia brasileira. A TABELA 2 dá uma indicação desse processo.

TABELA 2
Brasil e Ceará: Taxas Médias Anuais de Crescimento Real do
Produto Interno Bruto (PIB)

Períodos	Taxas de Crescimento (%)	
	Ceará	Brasil
1980-1985	4,52	1,23
1985-1990	3,55	1,18
1980-1990	4,04	1,21

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE); BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BNB)(11).

É necessário, porém, levar em conta que o crescimento da economia cearense, pelas suas características de economia periférica no contexto nacional, depende intimamente do crescimento da economia brasileira como um todo, particularmente da economia da Região Sudeste. Isto, devido ser a economia daquela região a que determina a dinâmica da economia brasileira em geral.

A TABELA 2 indica particularmente este fato. Note-se que a queda de crescimento da economia brasileira, no período 1985-90, corresponde uma redução de crescimento da economia cearense. Este é o ponto que se discute com maiores detalhes a seguir.

A recente industrialização da Região Nordeste, decorrente do mecanismo de incentivos fiscais, implantado a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constitui-se um complemento, em termos de descentralização espacial, do Processo de Substituição de

Importações (PSI) que caracterizou a industrialização brasileira desde os anos 30. A propósito, como têm demonstrado vários estudos sobre o tema, a indústria contemporânea no Nordeste exerce uma função de integração produtiva com a economia da Região Sudeste*. Isto, particularmente, pode ser observado no que diz respeito à importação de equipamentos pelo Nordeste e no tocante às exportações de produtos nordestinos da indústria incentivada.

Nesse sentido, pesquisa recente (1988) realizada pela SUDENE e Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) (1991) (11), sobre a indústria incentivada, revela que a mesma importa 90,1% dos seus equipamentos de capital, sendo que 48,9% provêm da Região Sudeste e 33,4% do exterior; ademais, exporta 64% do valor das vendas dos seus produtos, sendo que 44% destina-se à Região Sudeste.

É sobremaneira interessante observar que a própria natureza dos incentivos fiscais (esquema 34/18 e FINOR) gerou uma dependência de recursos externos à Região Nordeste para o financiamento da expansão industrial recente. Como se sabe, os recursos fiscais disponíveis para aplicação em projetos incentivados no Nordeste são gerados a partir de renúncia fiscal do Governo Federal sobre o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. Ou seja, as pessoas jurídicas podem deduzir até 50% dos seus montantes de Imposto de Renda devidos, para aplicação em projetos produtivos na Região Nordeste. Dessa forma, é fácil deduzir que, espacialmente, esses recursos virão de forma bastante concentrada da Região Sudeste, a qual concentra cerca de 60% da atividade econômica brasileira, se medida em termos de PIB. Veja-se, por exemplo, que em 1987 a Região Sudeste contribuiu com 92,4% do valor líquido aplicado no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) (BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1987:587) (2).

Contudo, considerando-se, por um lado, a perda de dinamismo da economia brasileira - traduzida num processo recessivo prolongado, conjugado à ameaça permanente de hiperinflação - e, por outro, a crise fiscal vivida pelo Estado brasileiro, pode-se deduzir que o mecanismo de incentivos até hoje posto em prática no Nordeste apresenta sinais nítidos de esgotamento. Os conflitos regionalistas, atualmente exacerbados em torno da repartição

* OLIVEIRA (1977) (10), FERREIRA (1983) (8), BACELAR (1985) (1), GUIMARÃES NETO (1989) (9). Para uma análise mais acurada sobre as mudanças recentes no perfil industrial do Ceará, ver CAVALCANTE (1982) (3).

das despesas da União, refletem de forma nítida o esgotamento de um padrão de financiamento governamental do setor privado, que assumiu papel extremamente importante na modernização produtiva regional.

Nesse contexto, é necessário destacar que existem especificidades espaciais extremamente importantes no que concerne às características da indústria incentivada no Nordeste.

Em primeiro lugar, verifica-se, no nível regional, uma concentração espacial da indústria bastante acentuada. De acordo com a pesquisa SUDENE/BNB (1991) (11), antes citada, das 910 indústrias incentivadas através do mecanismo 34/18-FINOR, 63,6% se localizavam nos estados da Bahia (19,5%), de Pernambuco (24,3%) e do Ceará (19,8%). Ademais, daquele total de indústrias incentivadas, 46,9% se localizavam nas regiões metropolitanas daqueles respectivos estados. Sendo 17,4% na Região Metropolitana de Recife, 15,9% na de Fortaleza e 13,6% na de Salvador.

No tocante aos fatores que influenciaram a localização das indústrias em cada estado, observam-se diferenciações importantes que caracterizam a própria tipicidade setorial e de tamanho das indústrias instaladas. Considerando-se a primeira ordem de importância de um conjunto de fatores de localização, verifica-se, como se pode ver na TABELA 7, que para o estado do Ceará o fator que mais contribuiu para a localização industrial foi o fato de o empresário ser radicado no próprio Estado (53,1%), enquanto que o fator proximidade da matéria-prima teve principal importância para apenas 17,7% das indústrias.

Quanto a isso, o estado da Bahia apresenta-se de forma totalmente diversa. O empresário radicado no Estado foi fator principal para apenas 16% das indústrias incentivadas ali localizadas, enquanto a proximidade de matéria-prima influenciou decisivamente 35,9% das indústrias. No caso do estado de Pernambuco, para o empresariado local influenciou a localização industrial de forma também acentuada (31,6%), seguindo-se, em magnitudes semelhantes a proximidade de matéria-prima (18,2%) e a proximidade de mercado (18,8%).

Por outro lado, há importantes diferenciações no volume de recursos liberados, mesmo entre os três estados mais beneficiados com os incentivos fiscais 34/18-FINOR. Considerando-se a posição em 31/07/85, de acordo

com a SUDENE, o estado do Ceará absorveu 12% dos recursos, enquanto Bahia e Pernambuco absorveram, respectivamente, 30,7% e 21,1%.

Relacionando-se esses percentuais com os percentuais do total de indústrias implantadas, acima citados, verifica-se que para os três estados, os tamanhos dos estabelecimentos diferem bastante, sendo que as indústrias de maior porte foram instaladas na Bahia, seguindo-se em tamanho as de Pernambuco e, por fim, as do Ceará. Na Bahia, justifica-se este fato pela preponderância das indústrias ligadas ao pólo petroquímico, que requerem plantas industriais sensivelmente maiores; em Pernambuco, instalaram-se indústrias de forma setorialmente mais diversificadas, a partir da própria estrutura industrial anterior; no Ceará, a preponderância bem superior de empresários locais impôs um limite não somente ao tamanho (menor) das plantas industriais instaladas, mas também redundou numa baixa diversificação, tendo preponderado os gêneros de produtos alimentares, têxtil e vestuário e calçados.

Assim, note-se que no estado do Ceará esses setores industriais representavam, de acordo com o Censo Industrial de 1985 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 69,6% da produção industrial total do Estado.

Em resumo, no Ceará, muito embora a indústria recente tenha se instalado observando um processo de modernização satisfatório, especialmente no setor têxtil, caracteriza-se por exibir um alto grau de concentração setorial e espacial. Ademais, como as iniciativas locais preponderam nas decisões de investir - dada a incipiente capacidade de formação de poupanças internas, ou de grupos econômicos consolidados em número mais expressivo - ao contrário de Pernambuco, por exemplo, tanto a implementação industrial se realizou com base em empresas de menor tamanho, relativamente, quanto o Produto Industrial cresceu de forma bastante lenta.

Uma análise da composição setorial do PIB no Ceará ajudará a esclarecer melhor esta última afirmação, pois destacam-se dois fatos importantes para a dinâmica recente da economia cearense. Em primeiro lugar, a estagnação do setor primário e, em segundo, o forte papel que exerce o setor terciário na formação do PIB.

3. DINÂMICA SETORIAL DO PIB CEARENSE

Como se pode ver na TABELA 3, a participação proporcional do PIB do setor terciário no PIB total do Ceará é bastante expressiva, com poucas oscilações, situando-se em torno de 60%. O setor agropecuário, contudo, apresenta-se com grandes oscilações, devendo-se isto, principalmente, a irregularidades climáticas, derivadas das secas periódicas que afligem o Nordeste semi-árido e, particularmente, o estado do Ceará.

A indústria, por seu turno, melhorou a sua posição relativa nos últimos quatro anos da série exposta, em contrapartida à diminuição do crescimento relativo tanto da agropecuária quanto do setor serviços.

Ainda na TABELA 3, pode-se observar que a indústria, no período 1985-90, cresceu em média a uma taxa superior à do setor serviços; este, por sua vez, decresceu com relação ao período anterior. A agropecuária, por seu turno, expressou um decrescimento bastante acentuado.

TABELA 3
Ceará: Composição Setorial do PIB
1980-90

Anos	Setores Econômicos (%)			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
1980	15,12	25,37	59,51	100
1981	12,89	24,74	62,37	100
1982	12,86	24,76	62,38	100
1983	7,65	28,06	64,29	100
1984	15,08	24,60	60,32	100
1985	13,28	25,00	61,72	100
1986	11,57	22,01	66,42	100
1987	10,14	28,32	61,54	100
1988	11,50	28,12	60,38	100
1989	10,26	29,34	60,40	100
1990	8,52	29,84	61,64	100

FONTE: SUDENE/DPG/PSE. Grupo de contas regionais.
NOTA: Derivada da TABELA 8, ANEXO.

Mas uma observação mais acurada daquelas informações permite deduzir um importante resultado. Ou seja, mesmo que a indústria tenha quase que dobrado sua taxa de crescimento, não foi capaz de contrabalançar a perda de crescimento dos outros dois setores. Além disso, como se pode ver a seguir, do ponto de vista tendencial, o PIB do setor agropecuário apresenta-se estacionário. Logo, a redução do crescimento do PIB total deveu-se sobretudo à diminuição do crescimento do PIB do setor serviços. A FIGURA 1 confirma em parte estas afirmações.

Para reforçar melhor esta conclusão, estimaram-se equações de tendência para o PIB dos três setores e o PIB total, apresentadas a seguir. Os dados utilizados para as respectivas estimativas das curvas de regressão foram extraídas da TABELA 8.

EQUAÇÕES DE TENDÊNCIA ESTIMADAS *

Setor Agropecuário

$$y = 29,82 + 0,61 t$$

(0,63) (*)

$$R^2 = 9,5\%$$

$$y = \text{PIB do Setor Agropecuário}$$

Setor Serviços

$$y = 159,36 + 9,04 t$$

(0,98) (**)

$$R^2 = 90,4\%$$

$$y = \text{PIB do Setor Serviços}$$

Setor Indústria

$$y = 68,64 + 5,2 t$$

(0,75) (**)

$$R^2 = 84,2\%$$

$$y = \text{PIB do Setor Indústria}$$

PIB total

$$y = 257,82 + 14,85 t$$

(1,91) (**)

$$R^2 = 87\%$$

$$y = \text{PIB do estado do Ceará}$$

Desse modo, na formação da magnitude do coeficiente de tendência do PIB total (14,85) o setor de serviços contribuiu com 60,9% e o setor industrial com 35%.

* A variável t é uma variável temporal transformada, centrada no ano de 1985. Os valores entre parênteses abaixo dos coeficientes de regressão são as estimativas do seus erros padrão. Estes, quando acompanhados de (*) indicam que os coeficientes são não-significativos ao nível de 5%; acompanhados de (**), são significativos ao nível de 5%.

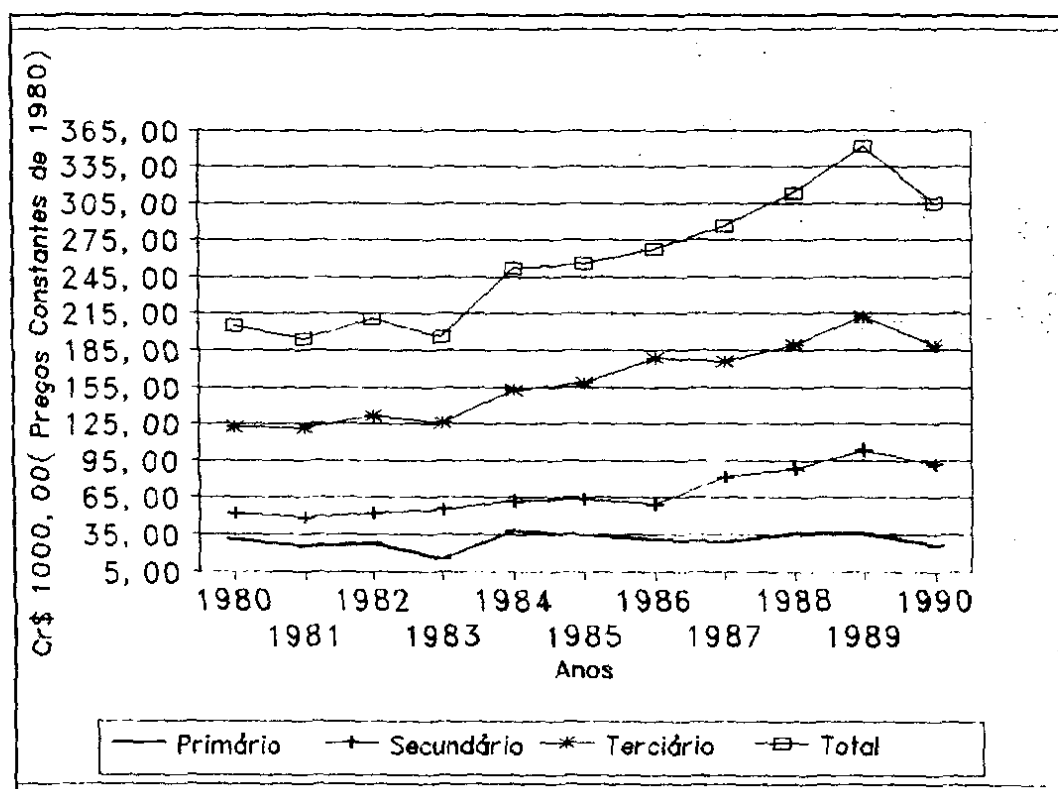


FIGURA 1
Ceará: Produto Interno Bruto Total e por Setores Econômicos

Quanto ao setor agropecuário, que se apresenta como um setor estagnado, resulta que sua contribuição para a formação do crescimento da economia cearense, em geral, é praticamente nula. A importância deste fato é crucial para a dinâmica da economia cearense. Isto deve-se ao fato de que é o setor agropecuário o que guarda a maior autonomia de crescimento frente à economia nacional como um todo. Sem dúvida, as suas oscilações de crescimento estão bastante ligadas às condições climáticas instáveis do semi-árido, mas estas se explicam mais especificamente de forma conjuntural.

Para se explicar a tendência estacionária do setor agropecuário, devem ser buscadas razões estruturais relevantes - que dizem respeito ao uso e posse da terra, numa estrutura agrária que vem experimentando uma sensível concentração fundiária - no contexto de uma organização produtiva predominantemente arcaica, salvo raros focos de modernização vinculados a expansões agroindustriais. Estas últimas, especialmente ligadas à exploração das culturas de cana-de-açúcar e caju, em algumas poucas áreas úmidas e áreas litorâneas.

A problemática hídrica numa região semi-árida como o estado do Ceará tem, não obstante, um papel fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura e pecuária de menor risco. Mas a questão principal não se prende à escassez d'água em si, mas sim ao seu aproveitamento racional pela implementação em larga escala da irrigação que respeite o ecossistema.

O que se constata, em vários estudos pertinentes, é que além de não ter ocorrido uma disseminação espacial adequada da irrigação, os grandes projetos desenvolvidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) não têm apresentado resultados satisfatórios, seja do ponto de vista econômico-social, seja do ponto de vista de adequabilidade ambiental. Por outro lado, em várias regiões sertanejas e áreas serranas de microclimas favoráveis, vêm-se constatando uma progressiva depredação ambiental, até com processos de desertificação, cuja continuidade implicará grave piora das condições climático-ambientais.

Essa situação estrutural interage com o complexo de minifúndios de subsistência e latifúndios improdutivos que caracterizam secularmente a estrutura agrária do Ceará.

Os dados da TABELA 4 propiciam uma visão do modo como se organiza a estrutura agrária do Ceará.

TABELA 4
Ceará: Estabelecimentos Agropecuários
Área total e pessoal ocupado, segundo grupos de área total
1985

Grupo de Área Total (ha)	Estabele- cimentos %	Área Total %	Pessoal Ocupado %
< 10	63,28	6,17	51,14
10 a 100	30,00	28,41	34,31
100 a 1.000	6,40	45,41	12,57
1.000 a 10.000	0,31	17,97	1,77
10.000 e mais	0,01	2,04	0,21
Total	100,00	100,00	100,00

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário de 1985.

De saída, constata-se uma estrutura agrária altamente concentrada, na qual apenas 6,72% dos estabelecimentos (com área total de 100 ha ou mais) apropriam-se de 65,42% da área total. E, ainda mais grave, absorvem apenas 14,55% da força de trabalho ocupada nas atividades agrárias.

Existe, portanto, em primeiro lugar, uma pressão demográfica excessiva sobre a pequena propriedade, que conjugada com os baixos níveis de produtividade e rendimentos, resulta na formação de sistemáticos e expressivos fluxos migratórios. Estes fluxos migratórios, vale ressaltar, não são somente de natureza campo-cidade, mas também cidade-cidade, na medida em que as cidades interioranas perdem funcionalidade econômica nas suas ligações com as atividades agrárias. O processo de urbanização tende, assim, a se formar de maneira bastante concentrada espacialmente, na medida em que umas poucas cidades podem exibir fatores de atração, relativamente aos demais centros urbanos estagnados. No Ceará, como exemplo, destacam-se a Região Metropolitana de Fortaleza; a cidade de Iguatu, no centro-sul; a cidade de Sobral, ao norte; e a cidade de Juazeiro do Norte, no sul do estado*.

* Para um estudo detalhado sobre o processo migratório no estado do Ceará, consultar FERREIRA, (1990) (6).

Em segundo lugar, na proporção em que estagna a produção e a produtividade agrária, principalmente da produção de alimentos e matérias-primas (por exemplo, o algodão), cresceram as pressões inflacionárias a nível urbano, induzindo o Estado a incrementar suas importações de bens primários de outras regiões produtoras. Nesse contexto, há de se convir, ocorrem importantes vazamentos espaciais de renda, a partir do Estado, tanto devido ao próprio fluxo de comércio, como ao custo dos transportes, que implicam preços mais altos para as mercadorias importadas. Uma primeira aproximação do problema pode ser vista através das TABELAS 5 e 6.

A recuperação da agropecuária cearense depende substantivamente da intervenção governamental, principalmente da União, ao implementar programas importantes de modificação da estrutura de uso e posse da terra - como os da reforma agrária, de irrigação, além da indução industrial - aproveitando-se de vantagens comparativas a partir das novas escalas de produção descentralizadas espacialmente. A propósito, as ações dos governos municipais e estaduais devem-se complementar, voltadas especialmente para a criação de infra-estrutura urbana que dê suporte às novas atividades econômicas interligadas aos níveis rural e urbano.

TABELA 5
Ceará: Produtividade Média Obtida
nas Principais Lavouras
1984-89

(em Kg/ha)						
Culturas	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Algodão	193	143	74	87	144	82
Algodão Herbáceo	672	374	195	187	527	245
Arroz Irrigado	3.268	4.750	5.181	5.201	4.994	5.024
Arroz Sequeiro	1.332	1.200	1.453	641	1.407	1.210
Feijão 1ª safra	355	200	222	132	326	208
Feijão 2ª safra	1.000	600	673	582	578	610
Mandioca	9.300	8.003	8.916	8.492	8.704	8.984
Milho	610	372	532	260	702	460
Caju	400	328	120	220	251	223

FONTE: CEARÁ. SEPLAN/CEPA, 1990, p.21 (4).

TABELA 6
Estado do Ceará
Balço de Oferta e Demanda dos Principais Produtos Primários - 1989
(toneladas)

Produto	Produção	Reserva p/ Sementes	Perdas	Oferta da Produção	Demanda			Perdas de Comerci- alização	Saldo	
					Consumo				Total	
					Animal "In Natura"	Humano	Industrial			
Algodão em pluma	19.071	---	---	19.071	---	---	79.000	---	79.000	(59.929)
Caroço de algodão	38.719	3.872	---	34.847	---	---	34.847	---	34.847	---
Alho	663	66	33	564	---	809	---	81	890	(326)
Arroz em casca	146.228	3.656	14.323	127.949	---	---	127.949	---	127.949	---
Arroz beneficiado	92.124	---	---	92.124	---	174.317	---	---	174.317	(82.193)
Banana	171.670	---	17.167	154.503	---	70.256	5.000	23.176	98.432	(56.071)
Batata inglesa	---	---	---	---	---	16.700	---	---	16.700	(16.700)
Café em grão	3.799	---	---	3.799	---	19.190	---	---	19.190	(15.391)
Cana-de-açúcar	2.852.028	114.081	---	2.737.947	100.000	---	2.637.947	---	2.737.947	---
Açúcar	37.522	---	---	37.522	---	111.324	80.000	---	191.324	(153.802)
Castanha de caju	58.685	---	---	58.685	---	---	125.000	---	125.000	(66.315)
Caju pedúnculo	528.165	---	316.899	211.266	---	---	120.000	91.266	211.266	---
Cebola	---	---	---	---	---	5.762	---	576	6.338	(6.338)
Feijão	119.208	8.345	11.921	98.942	---	178.000	---	---	178.000	(79.058)
Laranja	17.276	---	1.728	15.548	---	20.383	---	2.038	22.421	(6.873)
Mandioca raiz	1.007.191	---	50.360	956.831	239.208	---	609.980	107.643	956.831	---
Farinha de mandioca	152.495	---	---	152.495	---	225.954	---	---	225.954	(73.459)
Milho	236.001	11.800	23.600	200.601	100.000	46.296	263.176	---	409.472	(208.871)
Tomate	53.614	---	5.361	48.253	---	18.730	---	1.873	20.603	(27.650)
Trigo	---	---	---	---	---	---	280.000	---	280.000	(280.000)
Carne bovina	22.117	---	---	22.117	---	40.713	---	---	40.713	(18.596)
Carne suína	25.178	---	---	25.178	---	26.503	---	---	26.503	(1.325)
Frango	57.080	---	---	57.080	---	59.810	---	---	59.810	(2.730)
Leite (mil litros)	505.454	---	---	505.454	---	445.517	49.502	---	495.019	(10.435)
Ovos (1.000 dz)	79.991	---	---	79.991	---	32.287	---	---	32.287	(47.704)
Pescado	28.694	---	---	28.694	---	49.472	---	---	49.472	(20.778)
Carne caprina/ovo	8.730	---	---	8.730	---	8.730	---	---	8.730	---

FONTE: CEARÁ. SEPLAN/CEPA, 1990, p. 36 (4).

É necessário ter-se em conta que o papel do setor público na Formação Bruta de Capital Fixo no estado do Ceará tem-se comportado de modo bem variável, atingindo, como no ano de 1986, 4,7% do PIB, para em 1988 atingir 16,0% (TABELA 9, ANEXO). Porém, é necessário ressaltar que a sua participação no PIB é relativamente alta, em média. Uma maior estabilidade da taxa de investimentos do setor público requer, por seu turno, uma participação maior em termos de investimentos dos governos municipais e estadual. Isto é tanto mais verdadeiro considerando-se a atual conjuntura, em que o Governo Federal se encontra envolvido numa profunda crise fiscal. Acrescente-se que a Constituição Federal de 1988 determinou transferências, para estados e municípios, de parcelas bem mais substantivas de receitas do Tesouro Nacional. Para se ter uma idéia, em 1980 as transferências para estados e municípios eram de 13,3% da receita total do Tesouro Nacional, excluindo-se Operações de Crédito. Em 1991, essa participação atingia 27,0%, (cf. Secretaria do Tesouro Nacional).

Isso, sem dúvida, é de grande importância para a implementação de projetos de infra-estrutura social básica do Estado, visando ao desenvolvimento econômico.

No caso do estado do Ceará, hoje se constata que a modernização administrativo-financeira, iniciada em 1987 no Governo Tasso Jereissati, está possibilitando atualmente uma formação de poupança positiva que capacita o governo estadual a expandir os investimentos, principalmente em infra-estrutura social básica*.

Retomando a discussão sobre a composição do PIB cearense, tivemos oportunidade de constatar que o setor serviços é o que tem propiciado a maior indução do crescimento na economia do Estado. Sem dúvida, uma parcela do crescimento daquele setor econômico decorreu da expansão industrial recente, como seria de se esperar numa economia de mercado. Contudo, no caso do Ceará, esta expansão do setor serviços e, conseqüentemente, a expansão da economia local parecem ser mais induzidas pelo crescimento da economia nacional, como procuraremos demonstrar a seguir.

* Para uma análise das condições atuais de formação de poupança do setor público no Ceará, ver FERREIRA (1993) (7).

Uma relação entre as taxas de crescimento do setor terciário e do setor industrial no estado do Ceará pode ser deduzida a partir da equação de regressão estimada* abaixo:

$$L_{ny} = 2,1231 + 0,6982 L_{nx}, R^2 = 84,36\% \\ (0,0015)$$

onde:

L_{ny} = L_n (Produto Interno Bruto do Setor Serviços)

L_{nx} = L_n (Produto Interno Bruto do Setor Indústria)

Ressalte-se que, de acordo com aquela equação, as variações relativas do PIB do setor serviços (Y) relacionam-se com as variações relativas do setor indústria (X), como se segue:

$$Y = 0,6982 X$$

Este resultado indica, por exemplo, que se o setor indústria cresce 10,0%, o setor serviços deveria, em média, crescer 7,0%, ou seja, um crescimento proporcional bem menor, dado o coeficiente de elasticidade ser menor do que 1.

Mas, tem-se ainda o fato de que a expansão industrial recente do Nordeste, em particular no Ceará, é bastante dependente dos incentivos fiscais 34/18-FINOR, administrados pela SUDENE, e o volume destes, por sua vez, depende sobretudo da economia da Região Sudeste, como se viu anteriormente. Portanto, está fora do próprio estado do Ceará a maior autonomia para o crescimento do setor industrial.

Por outro lado, como o Estado é um importador líquido de mercadorias e serviços, e considerando-se a expansão recente das atividades financeiras, através dos grandes conglomerados bancários nacionais, pode-se concluir que existe uma reduzida autonomia interna de crescimento do setor serviços.

* Valores a preços constantes de 1980, extraídos da TABELA 7, ANEXO. L_n indica o logaritmo natural da variável em questão.

Portanto, em resumo, se o setor agropecuário exibe uma relativa estagnação e os setores industrial e de serviços são fortemente dependentes da dinâmica da economia da região mais desenvolvida (Sudeste), torna-se evidente que o crescimento da economia cearense, no seu estágio atual, está substancialmente ligado ao crescimento da economia nacional.

Uma comprovação dessa afirmativa pode ser verificada através do resultado da equação de regressão que segue, onde se relacionam o PIB do Ceará e o PIB do Brasil:

$$L_{ny} = -12,75 + 1,95 L_n \times R^2 = 89,0\% \\ (0,23)$$

Sendo:

L_{ny} = L_n (Produto Interno Bruto do Ceará)

L_{nx} = L_n (Produto Interno Bruto do Brasil)

Como consequência, tem-se que, de acordo com a equação acima, a variação relativa do PIB do Ceará (Y) relaciona-se com a variação relativa do PIB brasileiro (X) do seguinte modo:

$$Y = 1,95 X$$

Ou seja, um crescimento de 5% da economia brasileira deverá implicar, em média, um crescimento da economia cearense de 9,8%. Este resultado é bastante importante, indicando que o potencial de crescimento da economia cearense tem-se mostrado superior (elasticidade maior do que 1) ao crescimento global da economia brasileira, como já havia sido assinalado.

Nesse sentido, torna-se necessário ressaltar novamente o papel do gasto público em programas de desenvolvimento que supere o imobilismo estrutural da economia agrária, ao mesmo tempo que promova, a nível urbano, expansões efetivas da infra-estrutura social básica, interligadas com induções coordenadas de implementação industrial, aproveitando as vantagens locais. Desse modo, tanto é possível ganhar maior autonomia de crescimento interno, relativamente à economia nacional, como tornar esse próprio crescimento mais sustentado, conjugado a uma melhoria de bem-estar com maior equidade social.

4. CRESCIMENTO ECONÔMICO E BEM-ESTAR SOCIAL

4.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO

Considerando-se o período 1980-90 constata-se, como se havia destacado nas discussões anteriores, que a taxa média anual de crescimento do PIB do Ceará foi de 4,05%, enquanto a da sua população foi de 1,7%. Desse modo, estima-se uma taxa média de crescimento do PIB *per capita* da ordem de 2,35%. Por outro lado, estimou-se que em 1990 o PIB do Ceará situava-se em torno de US\$ 8,5 bilhões, indicando um PIB *per capita* de US\$ 1,323.00. Considerando-se o PIB *per capita* do Brasil para o mesmo ano (US\$ 2,651.81)*, evidencia-se que o PIB *per capita* do Ceará representa apenas 49,89% daquele valor. Mesmo assim, houve uma melhoria sensível com relação ao ano de 1980, pois o PIB *per capita* do Ceará representava tão-somente 36,8% do brasileiro. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que o PIB *per capita* brasileiro decresceu na década cerca de 0,5% ao ano em média, enquanto o cearense exibiu um crescimento positivo, como destacou-se acima.

Sem dúvida, o crescimento econômico verificado na década propiciou algumas melhorias de bem-estar social que não podem ser desprezadas. Mesmo assim, permanecem de forma bastante crítica as condições sociais de vastas camadas populacionais, principalmente no que se refere às desigualdades na distribuição de renda, associadas às situações de pobreza, que se devem principalmente aos níveis alarmantes de subemprego da População Economicamente Ativa (PEA).

4.2. INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS E BEM-ESTAR SOCIAL

Os indicadores sócio-econômicos que se seguem procuram dar uma idéia desta situação**.

4.2.1. Alfabetização

Das pessoas de cinco anos ou mais, 45% não são alfabetizadas e 40,1% não têm instrução ou têm menos de um ano de estudo. Da População

* O valor da taxa de câmbio e do PIB *per capita* brasileiro, determinado conforme Banco Central do Brasil - Relatório de 1991 e Tabelas 1.1 e 1.3.

** Todas as informações estatísticas que se seguem referem-se ao ano de 1989, extraídas da respectiva Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios PNAD—FIBGE.

Economicamente Ativa (PEA), 40,5% não têm instrução ou menos de um ano de estudo.

4.2.2. Distribuição de Rendimentos

Das pessoas de dez anos ou mais, 78,8% têm um rendimento médio mensal menor que o salário mínimo ou não têm rendimentos; para a PEA esta proporção é de 68,8%.

Ademais, para a PEA, 50% das pessoas de menor rendimento médio mensal apropriam-se apenas de 7,9% do rendimento total auferido; por outro lado, as 10% de maior rendimento apropriam-se de nada menos que 64,8% do rendimento total auferido, indicando um alto grau de desigualdade de rendas, conjugada a um alto nível de pobreza. Ou seja, a desigualdade de rendimento médio mensal entre os dois grupos de renda é de nada menos que 41 vezes. Isto corresponde a rendimentos médios mensais, para os dois grupos, de US\$ 17.98 e US\$ 738.29, respectivamente *.

4.2.3. Distribuição Setorial do Emprego

Considerando-se as pessoas ocupadas (2,4 milhões de pessoas), tem-se a seguinte distribuição setorial do emprego:

- a) Agricultura, 35,8%;
- b) Indústria, 21,4%;
- c) Serviços, 42,8%.

4.2.4. Situação dos Domicílios

As informações que se seguem referem-se a domicílios particulares permanentes, perfazendo um total de 1.335.949:

* A taxa de câmbio utilizada foi a de 29/09/89 igual a NCR\$/US\$ 3,778, já que a pesquisa foi realizada entre 24/09/89 e 30/09/89. Note-se que o salário mínimo, à época, era de US\$ 66.03.

a) abastecimento d'água:

- i) rede geral: 33,4%
- ii) poço ou nascente: 39,3%
- iii) outra forma: 27,3%

b) destino do lixo:

- i) coletado: 33,2%
- ii) queimado ou enterrado: 8,7%
- iii) colocado em terreno baldio: 57,9%
- iv) sem declaração: 0,2%

c) iluminação elétrica:

- i) têm: 60%
- ii) não têm: 40%;

d) filtro d'água:

- i) têm: 46,9%
- ii) não têm: 53,1%.

Como se pode perceber pelos indicadores acima, uma parcela expressiva da população cearense está sujeita às piores condições de sobrevivência, de que resultam, obviamente, problemas sociais graves, principalmente aqueles ligados às condições de pobreza, como analfabetismo, baixos rendimentos, subnutrição crônica e insalubridade habitacional.

Daí, pode-se inferir a importância da intervenção do setor público nas suas funções normais de governo, como saúde e educação, além da necessidade de expansão da infra-estrutura social básica, como abastecimento d'água e redes de esgoto, dentre outras correlatas.

TABELA 7
Fatores que influenciaram a localização das
indústrias incentivadas em cada estado nordestino - 1988.

Fatores	Piauí	Maranhão	Ceará	R.G.do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	M.Gerais	Nordeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresário Radicado no Estado	30,0	31,5	53,1	29,8	30,0	31,6	28,6	36,0	16,0	25,7	32,6
Incentivos Estaduais	--	5,3	2,0	12,8	2,9	3,0	3,6	--	2,3	2,9	3,2
Incentivos Municipais	--	5,3	--	--	--	1,8	--	--	--	--	6,0
Distritos Industriais	5,0	--	3,4	2,1	5,7	5,4	3,6	--	11,5	--	5,2
Existência de Serviços Básicos	--	--	2,7	4,3	7,1	7,8	3,6	4,0	3,8	2,9	4,7
Proximidade de Matéria-Prima	45,0	42,1	17,7	31,9	21,4	18,2	32,2	32,0	35,9	25,7	25,6
Proximidade de Mercado	10,0	5,3	4,1	6,4	14,3	18,8	14,3	16,0	13,7	8,6	11,9
Enquadramento de Projeto em Faixa Melhor	10,0	10,5	15,0	10,6	14,3	10,4	10,7	4,0	13,0	28,6	13,0
Outros	--	--	2,0	2,1	4,3	3,0	3,6	8,0	3,8	5,6	3,2
Número Absoluto de Respostas	20,0	19,0	147,0	47,0	70,0	165,0	28,0	25,0	131,0	35,0	687,0

FONTE: SUDENE; BNB, 1991⁽¹¹⁾.

TABELA 8
 PIB do Ceará por setores econômicos⁽¹⁾
 (CR\$ 1.000,00 - Preços Constantes - Base 1980=100)

Ano	t	Primário (A)	(A/D)%	Secundário (B)	(B/D)%	Terciário (C)	(C/D)%	Total (D)
1980	-5	31,00	15,12	52,00	25,37	122,00	59,51	205,00
1981	-4	25,00	12,89	48,00	24,74	121,00	62,37	194,00
1982	-3	27,00	12,86	52,00	24,76	131,00	62,38	210,00
1983	-2	15,00	7,65	55,00	28,06	126,00	64,29	196,00
1984	-1	38,00	15,08	62,00	24,60	152,00	60,32	252,00
1985	0	34,00	13,28	64,00	25,00	158,00	61,72	256,00
1986	1	31,00	11,57	59,00	22,01	178,00	66,42	268,00
1987	2	29,00	10,14	81,00	28,32	176,00	61,54	286,00
1988	3	36,00	11,50	88,00	28,12	189,00	60,38	313,00
1989	4	36,00	10,26	103,00	29,34	212,00	60,40	351,00
1990	5	26,00	8,52	91,00	29,84	188,00	61,64	305,00

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/Grupo de Contas Regionais.

¹ Deflacionado pelo Deflator Implícito do Produto (brasileiro) (CONJUNTURA ECONÔMICA, jul. 1991, p. 36).

TABELA 9
Ceará: Produto Interno Bruto e Formação Bruta de Capital Fixo
do Setor Público

(preços correntes)

Ano	FBCF(SP)		PIB		(A/B) %
	(A)		(B)		
	(CR\$ 1.000)	(US\$ milhões)	(CR\$ 1.000)	(US\$ milhões)	
1980	19	380	205	4.100	9,27
1981	36	400	401	4.456	8,98
1982	71	394	893	4.961	7,95
1983	181	312	1.995	3.440	9,07
1984	395	214	8.028	4.339	4,92
1985	1.700	274	27.185	4.385	6,25
1986	3.281	240	69.863	5.118	4,70
1987	22.498	572	222.422	5.660	10,12
1988	307.555	1.170	1.921.245	7.311	16,01
1989	3.215.587	1.132	30.707.225	10.809	10,47

FONTE: SUDENE/Grupo de Contas Regionais.

NOTA: Convertidos em US\$ pelas taxas de câmbio (média ponderada) anuais extraídas de: FGV - Conjuntura Econômica.

Abstract: In this article, the author analyses the performance of the economy of Ceará state in the 80's. Its main objective is to emphasize the structural aspects of the macroeconomic dynamics existing in that period. Firstly it is stressed that the local economy has grown at higher rates than the national economy; this is due, particularly, to the growth of the Tertiary Industry, while the Primary Industry has shown a clear stagnating tendency. Moreover, it has been found a highly significant positive correlation between the growth of the national and local economies, especially due to the leading role of the Tertiary Industry in the recent growth process. Finally, some social welfare indicators are analysed showing that even though some improvements have occurred in this aspect they were not enough to reduce, in a significant way, the extremely low living conditions of the population of Ceará.

Key Words: Regional Economy; Economic Growth; Social Welfare Indicators; Tertiary Industry; Agriculture; Brazil-Northeastern Region - Ceará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BACELAR, T. Industrialização no Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste: estudo sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 71-82.
2. BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. **Imposto de Renda Pessoa Jurídica**. Brasília, 1987. p.587.
3. CAVALCANTE, J. F. **Desenvolvimento e a dinâmica da industrialização recente no Estado do Ceará**. Fortaleza: CAEN/UFC, 1982. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará)
4. CEARÁ. Secretaria de Planejamento. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Desempenho do setor agropecuário do Estado do Ceará em 1989**. Fortaleza, 1990. p. 21.
5. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, jul. 1991. Tabela 1.
6. FERREIRA, A. **A aventura da sobrevivência; as migrações internas numa região periférica**. Fortaleza, 1990. (Mimeografado)
7. FERREIRA, A. **Estudo preliminar sobre a capacidade de endividamento do Governo Estadual do Ceará**. Fortaleza, 1993. (Inédito)
8. FERREIRA, A. O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.3, n.3, p.71-87, 1983.

9. GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1989.
10. OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
11. SUDENE; BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de pesquisa sobre o desempenho das indústrias incentivadas**. Recife, 1991.

Recebido para publicação em 18.03.94